

Brasília, 16 de março de 2016

Excelentíssimo Senhor

Valdir Moisés Simão

Ministro de Estado do Planejamento do Estado, Orçamento e Gestão

Raysha Rodrigues Silva
Serviço de Protocolo
Siane 2007175
DIARR/CODIN/COPLA/DIPLAMP
16-03-2016

Em 2015, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais realizou reuniões com o governo federal, entretanto, o resultado final da Campanha Salarial dos SPF foi diferenciado para cada entidade. Mesmo diferenciado, os resultados foram consequências da unidade dos SPF.

Com esta avaliação, em 2016, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais realizou duas Reuniões Ampliadas (final de janeiro e de fevereiro), com ampla participação da base que discutiu e, por consenso, definiu a pauta de reivindicações dos SPF para a Campanha Unificada dos SPF para 2016.

Em 2016, a nossa prioridade é a **defesa dos serviços públicos de qualidade para a população e dos direitos dos servidores** e a partir deste mote, destacamos eixos centrais: Negociação e política salarial; Direitos previdenciários e Condições de trabalho e financiamento. Pautas imprescindíveis para os servidores públicos federais e que sequer foram discutidas nas mesas de reuniões em 2015. Segue, em anexo, os itens da pauta que compoem cada eixo.

Diante do exposto, reiteramos a necessidade de realizar reunião com os representantes do Fórum das entidades dos SPF com o objetivo de avançar na discussão da pauta geral da campanha unificada dos SPF de 2016.

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

Paulo Figueira

Pauta da Campanha Unificada dos Servidores Públicos Federais de 2016

NEGOCIAÇÃO E POLÍTICA SALARIAL

1. Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;
2. Data-base em primeiro maio;
3. Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT;
4. Paridade salarial entre ativos e aposentados;
5. Isonomia de todos os benefícios entre os poderes;
6. Isonomia salarial entre os poderes;
7. Incorporação de todas as gratificações produtivistas;

PREVIDÊNCIA

1. Anulação da reforma da previdência de 2003;
2. Barrar a anunciada contrarreforma da previdência;
3. Revogação do FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral;
4. Fim da adesão automática ao FUNPRESP;
5. Aprovação da PEC 555/06, que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados;
6. Aprovação da PEC 56/2014, que trata da aposentadoria por invalidez;
7. Extinção do fator previdenciário e da fórmula $90 \setminus 100$;
8. Contar para redução de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, a exposição à radioatividade, periculosidade e insalubridade, sem necessidade de perícia técnica individual.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E FINANCIAMENTO

1. Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas;
2. Retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF;
3. Fim da terceirização e toda forma de privatização e de precarização;

4. Criação de novas vagas para concurso público pelo RJU e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria;
5. Revogação da lei de criação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Organizações Sociais (OS's);
6. Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;
7. Regulamentação da jornada de trabalho no serviço público, para o máximo de 30 horas semanais, sem redução de salário;
8. Garantir acessibilidade aos locais de trabalho no serviço público;
9. Contra a exigência de controle de ponto por via eletrônica no serviço público;
10. Pelo cumprimento dos acordos assinados entre entidades dos SPF e Governo Federal.